

Considerações sobre o narcotráfico no Marajó: reflexões sobre o desemprego e a ilegalidade

Considerations on the drug trafficking in Marajó: reflections on unemployment and illegality

Christiane Pimentel e Silva*

Resumo: O mercado de trabalho contemporâneo mostra crescente incapacidade de absorver força de trabalho, mesmo a qualificada, em razão da reestruturação produtiva, que amplia em proporção geométrica as formas de trabalho precárias e os níveis de desemprego. O resultado dessas alterações na vida social foi o aprofundamento na concentração de renda e redimensionamento das condições de reprodução da população e expansão sem precedentes da pobreza no Brasil e no mundo. A pesquisa realizada no município de Breves, no arquipélago do Marajó, parte da avaliação do desenvolvimento social do município, analisando os indicadores oficiais sobre renda, índice de pobreza, emprego, informalidade, IDH, esgotamento sanitário, etc. Também foram realizadas entrevistas com 11 pessoas envolvidas no mercado ilícito. O resultado permite compreender que, sob contexto de vulnerabilidade social, as redes do narcotráfico conseguem se desenvolver, utilizando-se da mão de obra expulsa do mercado formal, que possui pouca possibilidade de retorno, por sua baixa qualificação e escolaridade.

Palavras-chave: Desemprego. Narcotráfico. Insuficiência de políticas públicas.

Abstract: Contemporary labor market reveals an increasing inability to absorb even qualified workforce due to the restructuring of production methods which expands in great proportions the precarious forms of employment and unemployment levels. The results of these changes in social life are: income concentration, changes in the reproduction conditions of the population; and an unprecedented expansion of poverty in Brazil and worldwide. The research conducted in the municipality of Breves, located in the archipelago of Marajó, started from the evaluation of social development of the city, examining the official income indicators, poverty rate, employment, informal market, HDI and basic sanitation. The research also included interviews with eleven people involved in the illegal market. The result reveals that a context of social vulnerability enables the development of drug trafficking networks that use manpower excluded from the formal market. In addition, people employed by these networks have little chance of returning to the formal market due to their lack of qualification and schooling.

Keywords: Unemployment. Drug markets. Failure of public policies.

Recebido em: 04/10/2009. Aceito em: 01/09/2010.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Faculdade de Serviço Social da UFPA, Campus Universitário do Marajó Breves (Marajó), Pará, Brasil. E-mail: lilacbrik@yahoo.com.br

1 Introdução

Nas últimas cinco décadas, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações em sua materialidade e subjetividade, provocando graves impactos na vida social, como o aumento da concentração da renda, precarização e informalização ampliadas do mercado de trabalho, que subsistem sonhando impostos fiscais, trabalhistas e, por vezes, por meio do contrabando.

A crise fiscal na economia, que afetou o Brasil principalmente a partir da década de 1980, com o processo inflacionário, resultou no desenvolvimento de esquemas financeiros de remessas de divisas não declaradas para o exterior, assim como o subfaturamento das importações e o superfaturamento nas exportações, na intenção de fugir à desvalorização e à instabilidade cambial. (CASTRO et al, 2004).

Na Amazônia brasileira, essa situação é agravada pelo processo de ocupação e apropriação de terras. Como consequência disso, vieram a concentração fundiária e a reduzida taxa de crédito aos pequenos produtores, em oposição aos incentivos creditícios e isenções fiscais que possibilitaram o estabelecimento de grandes indústrias na região. O surgimento dessas indústrias acabou por fortalecer a internacionalização da economia, assim como a exportação de madeira e recursos minerais, além do desenvolvimento das atividades agropecuárias, como é o caso do município de Breves, que analisaremos a seguir. (PIMENTEL, 2009).

A inserção da Amazônia na acumulação capitalista por meio de mecanismos de expropriação das terras dos nativos amazônidas e, portanto, dos seus meios de subsistência, faz com que uma parte das populações locais tenha como única alternativa de sobrevivência a migração e/ou a submissão aos trabalhos precários, ligados geralmente a atividades extrativistas, realizadas em muitas ocasiões de forma ilegal. (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

Esse quadro geral aqui exposto favorece ações de lavagem de dinheiro e de economias ilegais, como o contrabando de armas e o mercado de drogas ilícitas, apontados como o principal fator responsável pelo aumento da violência nos municípios. Por isso, este estudo pretende contribuir para o exame das relações entre o aumento das taxas de desemprego e

a economia da droga, a partir de informações coletadas diretamente com a população local do município de Breves, no arquipélago do Marajó, seguindo as orientações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde de n° 196, de 10 de outubro de 1996, e de n° 251, de 7 de agosto de 1997, bem como da Declaração de Helsinki de 1975, atualizada em 1983. Essas orientações garantem, dentre outras coisas, o consentimento livre e esclarecido dos indivíduos entrevistados, além de contar com mecanismos que assegurem a confidencialidade e privacidade da imagem do indivíduo alvo da pesquisa, de modo a não prejudicá-lo em sua autoestima ou em seu prestígio econômico-financeiro, respeitando valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

A pesquisa divide-se em três momentos: no primeiro, avaliam-se as políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento da Amazônia num breve quadro histórico. No segundo, realiza-se uma avaliação sintética das condições da população brevesense por meio de fontes oficiais, para verificar o nível de emprego e desemprego, número de empregos formais e informais, índice de desenvolvimento humano, condições de infraestrutura de esgotamento sanitário e tratamento de dejetos, buscando conhecer o grau de eficiência das políticas sociais para o bem-estar da população. No último momento, analisa-se o resultado de entrevistas realizadas com 11 pessoas ligadas ao narcotráfico, cuja renda mensal provém dessa atividade ilícita, que se relaciona com a violência social, muitas vezes expandindo-a.

2 Breve perfil das políticas de desenvolvimento da Amazônia

A expansão do mercado agroexportador induzida principalmente pelo café até o final da década de 1920 favoreceu a acumulação do capital industrial, mas foi somente a partir da década de 1930 que a industrialização do país foi “intencionalmente promovida por políticas do governo”. (BRITO, 2001, p. 67). Para esse autor, a fase inicial da industrialização brasileira não foi fruto de uma política deliberada de desenvolvimento – o que aconteceu somente na década de 1950 –, mas o Estado criou nesse período, políticas de proteção alfandegárias e de concessão

de incentivos e subsídios a algumas indústrias, como as de tecido de algodão.

O planejamento macroestrutural do Brasil até a década de 1930 foi realizado de maneira fragmentada e descontínua, limitando-se a alguns planos emergenciais contra a seca no Nordeste. Após esse período, o governo Getulista passa a centralizar o poder executivo e planejar o desenvolvimento através da expansão da economia brasileira via industrialização, na tentativa de substituir a oligarquia agrária pelo “Estado burguês”.

Somente em 1946, com o Plano Salte, o planejamento econômico passou a ser realizado priorizando orçamentos para setores fundamentais de infraestrutura, como energia e transportes, que garantiam o desenvolvimento das forças produtivas inserindo-as ao capital internacional. Assim, até 1955, o desenvolvimento se apoiava no setor primário-exportador. De 1956 a 1961, a partir do Plano de Metas, volta-se de forma intensiva para a industrialização. (RODRIGUES, 1997).

O Governo Militar pós 1964 ampliou a abrangência da política de incentivos fiscais às regiões Nordeste e Norte, envolvendo a Amazônia, estendendo esses benefícios para projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A política de incentivo fiscal constituía-se, na verdade, em isenção e/ou redução de custos de implantação e aumento dos lucros das empresas, no intuito de atrair empreendimentos capitalistas para a região. Em 1988 os incentivos fiscais de fundo perdido foram substituídos pelo incentivo financeiro, concedido mediante ressarcimento com acréscimo de juros e outros encargos criados na própria Constituição Federal, os chamados Fundos Constitucionais: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Esses fundos eram constituídos obrigatoriamente por 3% da arrecadação do IR e do IPI, devendo ser aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, com tratamento

preferencial às atividades produtivas de mini/pequenos produtores rurais e micro/pequenas empresas. (LIRA, 2007).

De acordo com Rodrigues (1997), durante os governos militares de 1964 a 1975 prevaleceram as estratégias de Integração Nacional, cujo objetivo era integrar as regiões ao centro econômico mais dinâmico do Brasil, o , na expectativa de impulsionar o processo de industrialização interna. A integração da Amazônia seria dada por meio da Operação Amazônica e do plano de ação Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM que visavam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia acima da média nacional; aumento do consumo *per capita*; estímulo à exportação, etc.

Ainda sob a análise de Rodrigues (1997), no período de 1975 a 1985, as ações de planejamento do Governo voltaram-se para a internacionalização da economia, com ênfase nos projetos de grande porte para a região, conhecidos como “grandes projetos” energéticos e minero-metalúrgicos. Além disso, a infraestrutura oferecida à região atendia diretamente ao objetivo de garantir o escoamento da produção a partir das rodovias, que por sua vez contribuíram para um reordenamento do espaço.

A implantação dos grandes projetos na Amazônia possibilitou uma extensa degradação ambiental e aumento das desigualdades sociais. Mas somente no período pós-1985 o Governo implementou ações sobre a questão ambiental, pressionado por organizações de defesa do meio ambiente. Quanto ao agravamento das tensões sociais, Costa (1992) relata que a consolidação das grandes empresas latifundiárias, responsáveis pela exploração e expropriação no campo,¹ alterou o significado da terra para os camponeses, deixando de ser meio de produção fundamental, para se tornar meio de acesso ao excedente social na forma de diversas rendas.

A política de isenções tributárias da SUDENE e da SUDAM foram instrumentos de uma política econômica que viabilizou a transformação dos empresários capitalistas em proprietários de terra – latifundiários; uma vez que no Brasil o capitalismo se desenvolveu a partir da “fusão,

¹ Para Costa (1992) o uso capitalista da terra pressupõe a generalização da propriedade capitalista da terra.

em uma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra”. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Na década de 1990, as políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia passaram a incentivar também a agricultura familiar por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),² criado em 1995, que objetiva promover o desenvolvimento rural elevando a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos agricultores pela geração de emprego e melhoria da renda. Os recursos do PRONAF são oriundos: a) do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); b) Fundos Constitucionais; e c) Manual do Crédito Rural do Banco Central (MCR 6.2).

O PRONAF concede o crédito a partir dos grupos: 1) Grupo A, para assentados da refor-

ma agrária; 2) Grupo B, agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 2.000,00; 3) Grupo C, agricultores com renda anual familiar bruta acima de R\$ 2.000,00 e inferior a R\$ 14.000,00; 4) Grupo D, agricultores com renda anual familiar bruta acima de R\$ 14.000,00 e limitada a R\$ 40.000,00; e 5) Grupo E, agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$ 40.000,00 até R\$ 60.000,00.

A Tabela 1 mostra a contradição na distribuição do crédito deferido pelo PRONAF, uma vez que as famílias na faixa de renda do grupo B foram as menos favorecidas pela concessão do crédito rural, assim como as famílias pertencentes ao grupo A, cujo percentual de distribuição foi reduzido em cerca de 38%.

Tabela 1 – Distribuição do PRONAF por categoria de renda

Ano	Categoria A (%)	Categoria B (%)	Categoria C (%)	Categoria D (%)	Categoria E (%)
1999	21	1	22	48	8
2004	13	7	25	37	12

Fonte: Elaboração própria a partir de Mattei, 2005.

Esse quadro geral de planejamento para o desenvolvimento da Amazônia levou Brito (2001) a afirmar que enquanto os indicadores econômicos demonstram significativo desempenho, os indicadores sociais, analisados com o auxílio, por exemplo, da concentração de renda, se agravaram cada vez mais, revelando uma estrutura socioeconômica paradoxal. No entanto, Fialho Nascimento (2006) explica que esse paradoxo é característica e necessidade do capitalismo que assegura sua hegemonia através da busca pela máxima rentabilidade, por meio da aquisição da mão de obra e matéria-prima a baixos custos, numa relação extremamente desvantajosa para a população, caracterizada pela subordinação a uma totalidade regida pelo desenvolvimento do capital.

3 Trabalho e qualidade de vida no município de Breves-PA

O município de Breves³ é um dos 16 municípios que fazem parte das cerca de 3.000 ilhas e ilhotas do arquipélago do Marajó, no estado do Pará. A principal base de sua economia, como dito anteriormente, é o extrativismo, destacando-se açaí, palmito, carvão e madeira. Na agricultura, destacam-se arroz, milho, mandioca, laranja, banana e limão. Na pecuária, destacam-se gado, búfalo e suínos.

A partir da Tabela 2 serão utilizados diversos indicadores oficiais e, para uma melhor compreensão dos mesmos, esses índices serão comentados segundo sua definição formal. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que avalia três dimensões – riqueza, educação e esperança média de vida – e

² Criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável aos agricultores de pequeno porte, que empregam majoritariamente a mão de obra familiar.

³ Possui uma área territorial de 9.550,45 km², fazendo parte da microrregião do Furo de Breves e da mesorregião do Marajó. De acordo com o IBGE, em 2002, a população total de Breves era de 80.158 habitantes.

vem sendo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde o ano de 1993, como critério para medir o nível de bem-estar de uma população.

O PIB *per capita* é estimado a partir do quociente entre o valor do PIB do município por sua população residente e, na verdade, avalia como a riqueza poderia ser distribuída de forma equitativa entre sua população. Enquanto que a renda *per capita* representa uma média estatística da distribuição da renda, que revela uma maior aproximação da realidade do rendimento da população, pois seu cálculo compreende a soma dos salários de toda a população dividida pelo número de habitantes. Sendo assim, para que se possa obter um quadro mais próximo possível da real situação socioeconômica do município de Breves, serão comparados diversos índices oficiais.

A linha de pobreza é definida pelo conjunto de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, ao passo que a linha de indi-

gência se refere aos indivíduos que recebem R\$ 37,75 ou menos. O percentual da renda proveniente de transferências governamentais avalia o grau de participação das rendas procedente das aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como Renda Mínima, Bolsa Escola e Seguro-Desemprego, etc., na renda total do município.

Com o auxílio da Tabela 2 podemos acompanhar as condições socioeconômicas da população do município de Breves no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000. O alto grau de concentração da renda em Breves fica evidente no ano de 2000, quando observamos que a renda *per capita* representa somente 6,5% do PIB *per capita*. Esse último representaria a melhor distribuição da renda gerada pelo município. Além disso, se levamos em consideração que em 2000 o salário-mínimo era de R\$ 151,00, a renda *per capita* de Breves era apenas 56,25% do salário-mínimo.

Tabela 2 – Análise do rendimento no município de Breves

Ano	População total	IDH-Renda	Renda Per capita (R\$/hab)	PIB per capita (R\$/hab)	Percentual de Pobres (%)	Percentual de Indigentes (%)	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais (%)
1991	72.140	0,494	75,08	(-)	76,06	41,55	7,29
2000	80.158	0,514	84,95	1.306,35	71,47	39,87	10,36

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE e do PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota: (-) = Informações não disponíveis

Ao acompanhar o percentual de pobres, a partir das estatísticas oficiais no período entre os anos de 1991 e de 2000, observa-se uma aparente redução no número de pobres, bem como no número de indigentes. No entanto, essa redução é relativa quando a comparamos com a população total de Breves dos mesmos anos. Ao realizar o cálculo, o número exato de pessoas pobres em 1991 é de 54.869 e, no ano de 2000, o percentual de 71,47% na verdade corresponde a 57.288 pessoas pobres. Dessa maneira, houve um crescimento em 4,4% da população pobre de Breves.

O número exato de pessoas indigentes em 1991 é de 29.974 indigentes, enquanto no ano de 2000 esse número é de 31.958 indigentes.

Assim, houve um crescimento em 6,62% no número de pessoas indigentes em Breves, o que é muito grave quando recordamos que a linha de indigência se refere a indivíduos que recebem um valor igual ou abaixo de R\$ 37,75 mensalmente. Assim, o aumento de 4,04% no índice IDH-R em parte se deve ao acréscimo de 3,07% no percentual da renda proveniente de transferências governamentais, e não a uma significativa ampliação de postos de trabalho no município.

Para determinar o perfil do trabalho em Breves, usaremos a metodologia de Alves (2007) sintetizada, a partir do Censo Demográfico 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 1) A tabela escolhida é Distribuição

Percentual das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Posição na Ocupação 2000; 2) As categorias que representam o trabalho formal são: empregados com carteira assinada (incluindo os trabalhadores domésticos) e militares e funcionários públicos estatutários; enquanto o trabalho informal é representado por: outros sem carteira assinada (inclusive os aprendizes e estagiários sem remuneração), trabalhadores por conta própria⁴ e não remunerados em ajuda a membro do domicílio; e 4) coletam-se os valores totais das categorias, para se obter um modo de mensurar o nível de informalidade no trabalho, na área geográfica escolhida (país, estado, município, etc.). Dessa forma, pode-se constatar que o percentual de trabalho informal no Brasil é de 55%; na região Norte, de 69,1%; no estado do Pará, de 72,7%; enquanto o percentual do município de Breves será visualizado no Gráfico 1 a seguir.

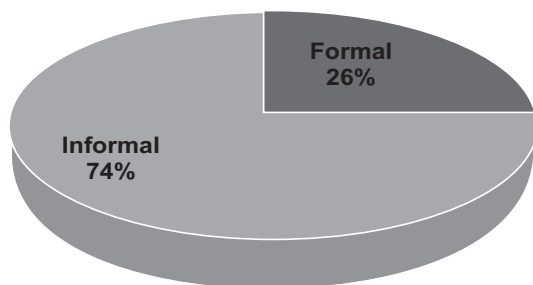


Gráfico 1 – Perfil do trabalho no município de Breves

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE, Censo Demográfico 2000, seguindo a metodologia de Alves (2007).

O Gráfico 1 revela a dramática situação em que os trabalhadores de Breves estão inseridos. No ano de 2000, o trabalho informal foi responsável pela maioria dos empregos ofertados no município, mas as relações informais de trabalho não constituem aspectos favoráveis à melhoria das condições de vida do trabalhador. Como exemplo disso, nesse tipo de trabalho não há arrecadação para a Previdência Social e por isso o trabalhador não pode acessar nem mesmo usufruir dos direitos inerentes

⁴ Pois, segundo a pesquisa do IBGE, a maioria das pessoas que trabalha por conta própria, utiliza a via pública em barraquinhas, o que por si caracteriza a informalidade.

à “cidadania regulada”.⁵ Nesse contexto, a exploração exacerbada do trabalho pelo capital é evidente, na medida em que a ampla mão de obra informal no município de Breves oferta a redução necessária dos “custos” para a maximização do lucro capitalista, de maneira que apenas uma porcentagem de 26% da população brevesense possui sua ocupação regulamentada.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no ano de 2000, quando o salário-mínimo era de R\$ 151,00, o valor efetivamente necessário para atender às necessidades essenciais de uma família seria de R\$ 936,01. O cálculo realizado pelo DIEESE para o salário-mínimo necessário atende o preceito constitucional

[...] salário-mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família,⁶ como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º; inciso IV).

A Tabela 3 nos mostra o número de pessoas que sobrevivem com baixos rendimentos no município. Seguindo a metodologia utilizada para projeção dos dados da Tabela 3, têm-se que no Brasil as famílias que recebem mensalmente até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, ou seja, famílias indigentes, são compostas em média por 4 pessoas. Infelizmente, observa-se que as famílias na linha de indigência são mais numerosas gradativamente: na região norte as famílias compreendem 5 indivíduos, no estado do Pará essa média abrange 5 pessoas e no município de Breves são 7 indivíduos. Considerando o salário-mínimo de 2000, essas famílias vivem com apenas R\$ 37,75 mensalmente.

⁵ De acordo com SANTOS (apud TELLES, 1999) no Brasil, a proteção social está subordinada ao vínculo profissional formal que se reduz ao acesso aos benefícios destinados aos contribuintes previdenciários. Assim, os direitos sociais são subsumidos à sociedade corporativa, e não se universalizam, recriando desigualdades, transformando em “não cidadãos” os que não “conseguem” se enquadrar sob as regras do trabalho regularizado.

⁶ A família considerada pelo DIEESE é de dois adultos e duas crianças, sendo que essas consomem o equivalente a um adulto.

Tabela 3 – Número médio de moradores por domicílio particular permanente, segundo as classes de rendimento médio mensal domiciliar per capita em salários mínimos

Unidade Federação/ Município	Número médio de moradores por domicílio particular permanente						
	Total	Classes de salário-mínimo					
		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	Mais de 3
Brasil	3,7	4,8	4,4	3,7	3,5	3,2	2,9
Norte	4,5	5,5	5,0	4,2	3,8	3,6	3,2
Pará	4,6	5,6	5,1	4,3	3,9	3,7	3,3
Breves	5,8	6,9	6,1	4,8	4,4	4,1	3,3

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: De acordo com o DIEESE o salário-mínimo vigente em agosto de 2000 correspondia a R\$ 151,00.

Tabela 4 – Proporção de domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário-mínimo e com responsável com menos de quatro anos de estudo, por grupo de idade das crianças

Unidade Federação/ Município	Proporção de domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário-mínimo e com responsável com menos de quatro anos de estudo (%)		
	Total	Por grupos de idade das crianças	
		0 a 6 anos	7 a 14 anos
Brasil	22,1	21,8	22,5
Norte	31,4	30,9	31,9
Pará	34,8	34,5	35,0
Breves	58,8	57,9	59,9

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000.

A Tabela 4 detalha um pouco mais as condições de existência das famílias em indigência e pobreza no município de Breves. Essa tabela compreende a coexistência de três variáveis simultâneas: famílias que recebem até R\$ 75,50 mensais e que possuem pelo menos uma criança com menos de 14 anos de idade e seu responsável com menos de quatro anos de estudo.

Na Tabela 4 verificamos que a pobreza está interligada a outros fatores além do

rendimento, como a educação e que as famílias pobres dificilmente conseguem dar melhores condições de vida e desenvolvimento digno aos seus descendentes. O caso do município de Breves é emblemático, pois revela que o número de famílias pobres, com crianças e com responsável com pouco nível de escolaridade é muito superior à média nacional, constituindo mais que o dobro de famílias nessas condições.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e tipo de esgotamento

Unidade Federação/ Município	Urbana				Rural			
	Tipo de esgotamento sanitário (%)			Sem instalação sanitária (%)	Tipo de esgotamento sanitário (%)			Sem instalação sanitária (%)
	Rede geral	Fossa séptica	Outra forma (1)		Rede geral	Fossa séptica	Outra forma (1)	
Brasil	56,0	16,0	25,1	2,9	3,3	9,6	51,8	35,3
Norte	12,9	33,7	47,2	6,1	0,9	5,5	60,0	33,6
Pará	10,0	41,1	43,3	5,7	1,6	5,9	66,0	26,5
Breves	0,2	6,6	88,9	4,3	0,0	0,9	80,1	19,0

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: (1) = Fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e/ou outro escoadouro.

Através da Tabela 5, comprova-se a precariedade de condições de higiene e saneamento com a qual a população brevesense precisa conviver diariamente. Os esgotamentos sanitários designados como “outra forma”, ou seja, aqueles que se referem à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar e/ou outro tipo de escoadouro, são considerados inadequados para manutenção da saúde da população, pois os esgotamentos sanitários domiciliares devem ser realizados através de uma rede coletora ou fossa séptica, para garantir a utilização sustentável da água. Porém, em Breves a população residente que utiliza esse escoamento sanitário impróprio às condições de saúde humana atinge uma média superior a 80% dos domicílios rurais e urbanos. Agravando a situação de saneamento débil existente, nota-se que, nos domicílios rurais, 19% da população nem mesmo possui instalação sanitária.

O escoamento sanitário rudimentar afeta diretamente o abastecimento de água a que o domicílio está sujeito, os padrões mínimos de potabilidade e qualidade não são alcançados e as condições de higiene pessoal, limpeza

da residência, uso industrial, carreamento de resíduos líquidos e excrementos são afetadas (POCHMANN et al, 2005). Essa condição incontingente da população brevesense é uma ratificação da vida estúpida a que é submetida pela ausência de políticas públicas efetivas para região.

Ainda sobre a questão do saneamento, a Tabela 6, mostra o tratamento dos resíduos sólidos em Breves, que de forma geral se estende a toda a Ilha do Marajó. A destinação final do lixo é umas das etapas da limpeza urbana e seu correto manuseio é essencial para evitar a contaminação do solo, das águas e do ar ou outro tipo de poluição do meio ambiente. Porém, quando se compara o destino final dos resíduos no município de Breves com estado do Pará, mesmo na área urbana, o descaso com o tratamento adequado do lixo é alarmante, pois mais 40% dos domicílios urbanos queimam, enterram ou simplesmente jogam seus resíduos em escoadouros. Na área rural, como é fácil de verificar, não existe coleta de lixo, revelando total ausência do Estado sobre a questão do saneamento básico.

Tabela 6 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e destino do lixo

Unidade Federação/Município	Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio (%)					
	Urbana			Rural		
	Destino do lixo			Destino do lixo		
	Coletado	Queimado ou enterrado	Outra forma (1)	Coletado	Queimado ou enterrado	Outra forma (1)
Brasil	92,1	4,1	3,7	13,3	53,7	33,1
Norte	77,6	14,7	7,6	5,1	65,2	29,6
Pará	74,8	15,9	9,3	5,0	63,1	31,9
Breves	56,2	15,3	28,4	0,0	33,1	66,9

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: (1) Jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar e/ou outro destino.

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal, no art. 6º, mas em muitos municípios brasileiros a educação não é de fato um direito para a população. Isso se aplica ao município de Breves, que além das precárias condições de rendimento e saneamento, vivencia situações de descaso com a educação, como pode ser visto na Tabela 7, pois mais de 62% das pessoas de 15 anos ou mais de idade estudaram por um período inferior a quatro anos. São os indivíduos conhecidos pelo termo analfabetos funcionais, porque, mesmo reconhecendo

as letras, não conseguem interpretar textos e nem elaborar uma exposição coerente sobre um assunto genérico.

Segundo Adorno (1995) esse quadro de desumanização se constitui em uma nova barbárie: a humanidade de fato atingiu um estágio mais elevado de desenvolvimento e tecnologia, contudo, para que a sociedade burguesa possa se perpetuar, exige como preço que a grande maioria dos indivíduos não tenha acesso a tecnologia e esteja em situação desigual em relação a sua própria civilização.

Tabela 7 – Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo, por sexo

Unidade Federação/ Município	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo (%)		
	Total	Por sexo	
		Homem	Mulher
Brasil	27,8	28,6	27,1
Norte	35,1	37,5	32,6
Pará	37,5	40,8	34,1
Breves	63,8	65,2	62,2

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 8 – Análise comparativa do Mapa da Exclusão Social no município de Breves

Região	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Exclusão
Brasil	0,606	0,525	0,242	0,696	0,455	0,657	0,527
Pará	0,415	0,137	0,084	0,479	0,302	0,168	0,328
Breves	0,351	0,059	0,041	0,506	0,237	0,257	0,324

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa da Exclusão Social no município de Breves - 2000.

Na Tabela 8, utiliza-se o Mapa da Exclusão Social, que determinou uma metodologia responsável pela criação de um índice para medir a exclusão social. Esse índice varia de 0 a 1 e as piores condições de vida equivalem a valores próximos a 0, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de 1. (POCHMANN; AMORIM, 2004).

O índice de pobreza do Mapa da Exclusão Social reforça os dados já expostos sobre a grande quantidade de famílias pobres e indigentes residentes no município – enquanto comparativamente o índice de emprego aparenta uma realidade melhor que a média brasileira –, como vimos não corresponde à real situação de Breves, pois a imensa maioria dos postos de trabalhos gerados não está regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O perfil do trabalho precário e informal, reforçado pelo baixo número de empregos formais criados no município, produz uma situação de exclusão social acentuada em Breves.

Além disso, apesar de o indicador de alfabetização demonstrar uma média de 50% de alfabetização no município, verificamos o peso do analfabetismo funcional mesmo no Mapa da Exclusão Social, quando confrontado com a variável de escolaridade. A exclusão é mais ao norte, região em que vários municípios se destacam, como é o caso de Breves. (POCHMANN; AMORIM, 2004). Diante de tal exclusão social e significativa ausência de postos de trabalho, resta aos trabalhadores a inserção ao mercado de trabalho por meio de empregos informais e mesmo o emprego ilegal, como acompanharemos a seguir. Esse quadro geral faz com que a economia das drogas ilícitas avance no município.

4 Relato dos trabalhadores ilegais no município de Breves

Para compreender melhor o trabalho ilegal e traçar um breve perfil dos trabalhadores ilegais que retiram da economia de drogas ilícitas seu rendimento mensal, serão abordados nesta seção alguns relatos desses trabalhadores. Foram entrevistados 11 trabalhadores ilegais no período compreendido entre dezembro/2008 e janeiro/2009, no município de Breves. Esses trabalhadores não informaram seus nomes reais e em muitas vezes apresentaram-se apenas pelo apelido, que tampouco serão mencionados na pesquisa para proteger a imagem dos informantes.

O perfil dos trabalhadores ilegais revela que todos os entrevistados (100%) são naturais do município de Breves e do sexo masculino, sendo que a faixa etária é representada por 27% com idades entre 15 a 19 anos, 27% com idades entre 20 a 24 anos, 37% com idades entre 25 a 29 anos e 9% deles possuem entre 40 a 44 anos. Quanto à escolaridade, na totalidade dos depoimentos, verifica-se que eles possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Segundo os entrevistados, em grande parte, o mercado criminal da droga nessa região é apenas distribuidor: somente uma pequena parcela comercializada é produzida no próprio município. No entanto, esse comércio ganha espaço em Breves – e no mundo – por ser um mercado lucrativo, possuindo um ciclo mais rápido que outras atividades ilegais, como assaltos a bancos, residências ou estabelecimentos comerciais. Quando questionados sobre seu rendimento mensal 91% dos entrevistados relataram receber de 3 a 5 salários mínimos⁷ e

⁷ O salário-mínimo correspondia a R\$ 415,00 à época das entrevistas.

9% declarou receber de 10 a 15 salários mínimos em virtude de subcontratar mão de obra.

Quando questionados sobre os riscos ou acidentes que envolvem a atividade ilegal desenvolvida por eles, os entrevistados mencionaram a violência, principalmente devido a constantes disputas nesse mercado e as consequências oriundas da própria ilegalidade, como as sanções legais e as situações carcerárias. Ressalta-se que esses trabalhadores ilegais reconhecem a gravidade de sua ocupação e, quando questionado se gostariam de trocar essa atividade criminosa por um trabalho com carteira assinada, em 91% dos casos a resposta foi sim.

Com relação à renda familiar, em 91% das famílias somente o entrevistado recebe algum tipo de remuneração, contra 9% das famílias em que algum outro membro possui atividade remunerada e, nesse caso, o trabalho exercido acontece sem a assinatura em CTPS. Os trabalhadores ilegais entrevistados que por ora fazem parte do mercado de drogas relataram em 73% dos casos que nunca tiveram a CTPS assinada e apenas 27% tiveram contrato formal nas atividades de extração de madeira e prestação de serviço.

Como foi dito acima, as famílias frequentemente dependem por completo do comércio de entorpecentes e, por isso, quando questionados, em mais da metade dos casos ficou comprovado que a família ajuda com a venda de drogas ilegais, como maconha, cocaína pura, resíduo

da cocaína adicionado com outras substâncias químicas (que em Breves chamam de “pasta”) e ecstasy. O principal produto vendido é a cocaína (ou coca), que para ser vendida em unidades (varejo) são embrulhadas ou empacotadas como uma “bala” e por isso chamada de “papelote”. Normalmente as famílias auxiliam na produção do papelote ou na venda do produto.

Com auxílio do relato desses trabalhadores do narcotráfico e com base nas estatísticas oficiais, se delinea os motivos do crescimento da economia criminal, pois, como vimos anteriormente, a população de Breves possui um quadro geral de alto nível de informalidade e desemprego, além de baixos rendimentos para a população ocupada e o alto índice de exclusão social vivenciada no município. Pela descrição, os atores sociais envolvidos nessas atividades ilícitas não possuíam emprego e, em sua maioria, não conseguiram acessar postos de trabalho formais. Entre os jovens a situação é agravada pelo fato de que esses jamais haviam conseguido uma vaga no mercado de trabalho formal, evidenciando que o narcotráfico é atividade que preferencialmente procura se estabelecer em áreas de grande vulnerabilidade social.⁸

A Tabela 9 nos mostra a alta taxa de violência no município de Breves e seu elevado índice de crescimento no período de um ano. A população jovem é a mais atingida pelo aumento da violência, que cresceu 31% no período, da mesma maneira que a elevação no número de óbitos por armas de fogo em 3,4% sugere um aumento no porte de armas pela população local.

Tabela 9 – Taxa de violência no município de Breves

Ano	Homicídios população total	Homicídios população jovem	Óbitos acidentes de transporte	Óbitos por armas de fogo
2005	4,5	15,9	4,5	1,1
2006	15,6	46,9	0,0	4,5

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008.

⁸ Referimo-nos, nessa passagem, à produção e à distribuição das drogas, pois o consumo atinge de forma generalizada todas as classes e regiões.

Ressalta-se, no entanto, que a relação entre desemprego e criminalidade não acontece de forma instantânea e tampouco de maneira uniforme. Um ator social que ainda não havia se envolvido no crime, ao se encontrar em uma situação de desemprego, faz várias tentativas de reinserção no mercado de trabalho legal, passando por empregos precários. Dessa forma, de acordo com o relato, somente quando todas as estratégias de sobrevivências estiverem esgotadas o indivíduo passa para pequenos delitos até chegar, finalmente, ao narcotráfico.

Não queremos dizer que todos os cidadãos desempregados estão sujeitos ao mesmo trajeto, mas que o alto índice de violência e criminalidade vivenciadas atualmente é consequência de períodos ininterruptos de desemprego. Isso pode ser comprovado pelo aumento nas taxas de violência em períodos imediatamente decorrentes às crises que afetam o mercado de trabalho, pois grande parte da população envolvida com o trabalho ilegal vê nesse setor uma saída para o desemprego.

A falta de acesso a serviços básicos, como educação, contribui para a permanência da desigualdade social. O jovem que sofre descaso por parte do Governo é o mesmo jovem recrutado para o tráfico de drogas ilegais, continuando um processo de exclusão social e de violação dos direitos humanos. As políticas de controle e repressão da violência, geralmente malthusianas,⁹ não podem ser mecanismos isolados de outras políticas públicas, porque em geral são políticas imediatistas que devem ser complementadas por políticas que garantam o desenvolvimento da cidadania.

5 Considerações finais

O crescimento das ocupações informais é entendido como consequência do elevado nível de desemprego, da desregulamentação exacerbada dos contratos trabalhistas e não como uma

alternativa à desocupação. Essa inserção precária no mundo do trabalho atende aos desígnios do capital, que conta com uma força de trabalho extremamente dócil e maleável, por acreditar que não está mais submetida às regras do trabalho assalariado.

O tráfico de drogas ilícitas encontra em trabalhadores desempregados e que, em muitos casos, nunca tiveram acesso ao emprego formal – ou que por conta de atividades extrativistas já exerciam algum tipo de atividade ilegal – um contingente de mão de obra que não possui alternativas de sobrevivência, principalmente quando somado ao desemprego dos familiares em idade ativa, ocasionando com frequência um pacto de silêncio e ilegalidade que envolve toda a unidade familiar.

O mercado da droga acarreta um aumento na violência, que afeta todas as camadas da sociedade. Em sua maioria, no entanto, as pessoas que trabalham na produção e distribuição são oriundas das camadas mais pobres, conforme observado no município de Breves. Esses indivíduos se encontram em um contexto geral de exclusão social e, no mais das vezes, não possuem acesso às políticas sociais. Contudo, podemos referir que o alto rendimento da economia da droga não é distribuído a essa população.

O bem-estar e a melhor distribuição de renda para a população como um todo só pode ocorrer a partir de políticas integradas (em longo prazo) de qualificação da mão de obra; melhoria nos níveis de escolaridade; ampliação de postos de trabalho; acesso universal (de fato) a bens e serviços essenciais; desconcentração de propriedades – como a reforma agrária e provimento de infraestrutura à moradia, etc. Ou seja, as políticas públicas de emprego devem ser ativas e articuladas a outras políticas públicas, do contrário o desenvolvimento regional continuará privilegiando uma minoria da população.

As medidas coercitivas, como a prisão dos transgressores da lei, embora necessárias, não são suficientes para conter o avanço no aumento da criminalidade, pois a prevenção não é alcançada a partir das mesmas. A prevenção acontece, conforme dito acima, com a sobreposição de políticas interligadas de educação, emprego, saneamento, enfim, de melhores condições de vida, possibilitando o desenvolvimento do cidadão e da cidadania.

⁹ A teoria da população de Malthus teve uma enorme influência intelectual e algumas variações suas são amplamente aceitas hoje em dia – principalmente em teorias que tratam dos países em desenvolvimento. A orientação normativa da teoria continua existindo para convencer-nos de que a pobreza é inevitável, de que pouco ou quase nada pode ser feito a seu respeito e de que ela se deve, em termos gerais, à fraqueza ou a inferioridade moral dos pobres. (HUNT, 1981).

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ALVES, João Paulo Gois. **Crise do emprego e desigualdade de renda na Região Metropolitana de Belém no período 2001-2005**. 2007. 62f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- BORGES, Fábio. **Amazônia e economia da droga**: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005). 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais San Tiago Dantas) – UNESP-UNICAMP-PUC-SP, São Paulo, 2006.
- BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- CASTRO, Murilo C. *et al.* **Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Grupo Retis, 2004.
- COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: UFPA/SEPEQ/NAEA, 1992.
- FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão” social na região. 2006. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2000.
- LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. **Crise e reestruturação do financiamento do desenvolvimento regional**. In: I Seminário Internacional Amazonas: A Amazônia do século XX e as Amazonas do século XXI – Discutindo a nova regionalização da Amazônia. Belém: 2007. Disponível em: <ufpa.br/ppgeconomia>. Acesso em: 1 fev. 2009.
- MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Desenvolvimentos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2. (Coleção os economistas).
- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, v. 1, n. 2, 1997, p. 93-116.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, 2001, p. 185-206.
- POCHMANN, Marcio *et al* (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, Márcio *et al* (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005. v. 5.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 5 mar. 2011.
- PIMENTEL, Chris. **Impactos sociais das políticas de incentivo a agricultura familiar**: O caso do município de Igarapé-Miri/PA. Belém: [s.n.], 2009.
- RODRIGUES, Olinda. (Re)Ordenamento econômico-social: planejamento para o Brasil e Amazônia. In: _____. **Zoneamento ecológico-econômico e gestão ambiental e territorial: propostas alternativas ou novas retóricas?** 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.